

Local: Hotel Transamérica Executive – 21st Century

Endereço: Alameda Lorena, 473 – São Paulo - SP

Data: 23/04/2014

1. Mensagem da Coordenação

O eng. Toyoharu Komatsu fez a abertura da XXXIII Reunião Ordinária, agradecendo a ABRAGE pela organização da reunião e aos representantes pela presença.

Destacou a situação crítica do Sistema Interligado Nacional, cujos reflexos são preços elevados de energia elétrica no mercado spot e grande necessidade de maximizar a disponibilidade das usinas para a garantia da segurança operacional.

Informou que esta situação motivou o convite ao Grupo de Trabalho da Operação – GTOP/ABRAGE para apresentar a análise da situação atual do Sistema Interligado Nacional, agradecendo a presença do eng. Hugo Mikami, coordenador do GTOP/ABRAGE.

O eng. Toyoharu Komatsu solicitou aos representantes prioridade no atendimento à solicitação da Abramam para a indicação de relatores para o III SEMASE (Seminário Nacional de Manutenção e Gestão de Ativos do Setor Elétrico).

Na sequência, apresentou a agenda da reunião e passou a palavra ao eng. Heitor Gontijo de Paula.

2. Ações da ABRAGE

O eng. Heitor de Paula apresentou as principais atividades desenvolvidas pela Associação. Destacou que a agenda da associação é complexa e bastante imprevisível, pois reflete as mudanças constantes vividas no setor atualmente.

Apresentou que, em 2013, a Associação participou de 169 eventos, com destaque para a realização de seis reuniões plenárias, três assembleias ordinárias ou extraordinárias, nove reuniões com o Ministério de Minas e Energia, 19 reuniões com a ANEEL e 35 reuniões dos Grupos de Trabalho da Associação, dentre eles o GTMN.

Destacou que, dentre os temas atualmente tratados pela associação, tomam maior relevância os desdobramentos da Lei 12.783, cujas concessões foram substancialmente modificadas, passando-se a prestação de serviços de operação, e seus rebatimentos nas regras de comercialização, face à elevada geração térmica nos últimos anos.

Dentre estas atividades, destacou as ações da ABRAGE em assuntos afetos ao GTMN, como as discussões a respeito do dimensionamento da GAG, o tratamento a ser dado a custos adicionais, principalmente os relacionados a aspectos ambientais, o projeto de lei para instalação de eclusas nas usinas hidrelétricas, a Lei 12.334, que trata da Política Nacional de Segurança de Barragens, a operação remota de usinas hidrelétricas, a proliferação de plantas aquáticas e mexilhão dourado nos reservatórios das usinas, a indenização e a realização de investimentos nas usinas abrangidas pela Lei 12.783, o tratamento para os serviços ancilares, dentre outros.

Destacou também as tratativas que estão sendo realizadas a respeito da situação crítica da operação eletroenergética do SIN, onde enfatiza as dificuldades enfrentadas pelas empresas geradoras com o nível baixo dos reservatórios, tanto em operação e manutenção, como em aspectos comerciais, ambientais e financeiros.

Do ponto de vista operacional, citou a dificuldade em liberações de UGs para manutenção, a exigência de esquema especial de operação das usinas durante a Copa do Mundo e a possibilidade de operação das usinas em faixas operativas não recomendadas, inclusive com violação do MUST.

Do ponto de vista comercial, ressaltou os níveis elevados de PLD associado à aplicação do GSF, e os impactos de um possível racionamento ou então a racionalização de energia sem racionamento.

Do ponto de vista hidrológico e ambiental, a dificuldade em se garantir o uso múltiplo dos reservatórios, tais como irrigação, captação, transporte, dentre outros.

Do ponto de vista financeiro, a estruturação do empréstimo à CCEE para cobrir a exposição involuntária das distribuidoras em 2014, onde foi apresentado o fluxograma desta operação.

Por fim, o eng. Heitor destacou as tratativas da Associação na Proposta de Resolução sobre a utilização de produtos ou processos para a recuperação de ambientes hídricos. Informou que este assunto vem sendo discutido no âmbito do Conama, sendo que a ABRAGE participa das discussões através do GTMA. Esta proposta, que visa por exemplo a ação das concessionárias no combate da proliferação das plantas aquáticas e mexilhão dourado nos reservatórios, poderá culminar em grandes custos operacionais, não sendo possíveis de serem absorvidos pelos concessionários de geração.

Enfatizou que o GTMN deve contribuir no aperfeiçoamento desta proposta, a serem encaminhadas ao GTMA, com previsão de reunião nos dias 07 e 08 de maio de 2014 para consolidação do documento.

3. Situação Eletroenergética do Sistema Interligado Nacional

O Eng. Hugo Mikami iniciou a apresentação abordando a visão geral do problema, onde o despacho térmico encontra-se elevado desde setembro de 2012.

A partir da segunda quinzena do mês de dezembro a atuação de uma massa de ar seco e quente nas regiões Sudeste, Centro-Oeste e Nordeste, impediu o avanço de frentes frias por essas regiões ocasionando uma estiagem prolongada e temperaturas elevadas.

Assim, as principais bacias no sudeste e centro-oeste, onde concentram os grandes reservatórios do SIN, apresentaram precipitação abaixo da média histórica, assim como a carga, em função das elevadas temperaturas, apresentaram forte elevação nestes meses, com destaque para sete quebras de recorde de geração do SIN.

Por outro lado, a análise de temperatura da superfície do mar atualmente indica “neutralidade”, que por sua vez indica uma previsão de temperaturas e pluviosidade próximas à média histórica, sem tendência definida.

Destacou também que, por duas vezes durante este período crítico, constatou-se redução da frequência do sistema, atingindo valores de 59,673 Hz, ocorrência esta onde toda a potência disponível no SIN estava despachada para geração máxima. Da mesma forma, neste período foram constatadas 35 perturbações sistêmicas com corte de carga superior a 100 MW.

Com relação ao armazenamento dos reservatórios, apresentou as condições críticas de armazenamento da região sudeste e nordeste, que culminam há alguns meses em CMO superior ao preço teto do PLD.

Por fim, apresentou três estudos elaborados pelas associadas da ABRAGE, todas elas estudando os riscos envolvidos em se chegar a níveis críticos de armazenamento de reservatório ao fim do período seco, sem nenhuma ação de redução de consumo de energia no SIN.

Neste contexto, os coordenadores do GTOP e do GTMN reforçaram a necessidade de atuação junto ao ONS e à ANEEL no sentido de preservar os interesses dos concessionários de geração, principalmente para que as intervenções para manutenção possam ser realizadas de maneira tempestiva e econômica, alinhando-se às prioridades estabelecidas na Lei 12.783, que visa à modicidade tarifária para os consumidores. Além destas prioridades, a ABRAGE reforça que a agenda regulatória prevê ainda discussões a respeito dos critérios de ressarcimento de serviços ancilares, que devem ser tratados também pelo GTOP e GTMN em conjunto.

4. Tecnologia UV para combate ao Mexilhão Dourado

A empresa Atlantium apresentou o Hidro Optic Desinfection, que propõe o combate à bioincrustação e biofilme em tubulações. Esta tecnologia, desenvolvida em Israel, culminou no sistema de desinfecção de água por luz UV, que danifica o DNA das células dos microorganismos, impedindo sua reparação.

Apresenta como vantagens deste sistema o baixo consumo de energia, a forma limpa de combate, a rápida manutenção e o alto grau de automação na operação.

Basicamente, o sistema consiste em uma seção de tubulação em aço inox a ser inserido no sistema, equipado com lâmpada emissora de UV, com dispositivo de medição da eficiência da lâmpada e monitoramento da transmitância (UVT).

Instantaneamente, são analisadas pelo sistema todas as condições do meio (vazão, características da água e condições da lâmpada) calculando-se a intensidade de UV a ser emitida pela lâmpada, sempre com o compromisso entre eliminar os microorganismos e prolongar a vida útil das lâmpadas utilizadas.

Seu mercado de atuação abrange instalações de piscicultura, produção de bebidas, indústria farmacêutica, laticínios e municipalidades. Atualmente, encontra-se em desenvolvimento sua aplicação no controle de espécies invasoras em usinas hidrelétricas.

Estão sendo realizados testes para o combate de algas, ferro-bactérias, bio-incrustação e mexilhão dourado.

Foram apresentados os resultados obtidos em ensaios realizados na Usina de Davis Dam, em usina termelétrica nos Estados Unidos e na UHE Porto Primavera no Brasil.

5. Portaria MME nº 576/2012

O eng. Alex Andrade apresentou as ações realizadas a partir das diretrizes contidas na Portaria MME nº 576/2012, que trata da avaliação extraordinária dos sistemas de proteção das instalações da Rede Básica do Sistema Interligado Nacional.

Informou que tais diretrizes foram definidas após a série de perturbações em 2012 com repercussão sistêmica motivadas por sistemas de proteção.

Tais avaliações abrangem sistemas de proteção, telecomunicação e de supervisão associados à proteção, SEP, serviços auxiliares, painéis, transformadores de corrente e de potencial e cablagem. Adicionalmente, são avaliadas as condições da instalação, equipamentos e ferramentas, práticas de trabalho, documentação, indicadores e histórico de ocorrências e atendimento às determinações da ANEEL e de organismos setoriais.

Na sequência, exemplificou com os trabalhos realizados nas instalações da CESP, as etapas que envolveram as avaliações, destacando os principais tópicos envolvidos que são a apresentação prévia da instalação, de reunião de início dos trabalhos, da avaliação contida no anexo II da Nota Técnica nº 058/2013-SRT-SFE/ANEEL, da reunião de encerramento e de elaboração do relatório final e plano de ação.

Informou que há dúvidas quanto às classificações das avaliações, onde as interpretações são relativamente subjetivas. Basicamente, considerou preocupante a necessidade de investimentos apontados pelo grupo de avaliação onde, diferentemente do que ocorre em instalações das transmissoras, não há previsão de ressarcimento.

6. Resolução ANEEL nº 596/2013

O eng. Rodrigo Sanomya apresentou as dificuldades para o atendimento aos requisitos da Resolução ANEEL nº 596/2013, que trata de critérios e procedimentos para cálculo da parcela dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou não depreciados, de aproveitamentos hidrelétricos de que trata o art. 2º do Decreto nº 7.850, de 30 de novembro de 2012.

Apresentou que, inicialmente, na Audiência Pública 092/2013, a proposta consistia em apresentar os quantitativos de materiais, equipamentos hidromecânicos e eletromecânicos, e serviços, no formato do Orçamento Padrão Eletrobrás – OPE, além de comprovação da data de entrada em operação para efeitos de cálculo de depreciação.

Os agentes de geração expuseram a dificuldade em se adequar os quantitativos dos investimentos realizados dentro do formato OPE.

Assim, a ANEEL flexibilizou as formas de apresentação destes quantitativos, sendo permitida a apresentação de relatórios, especificações técnicas, contratos ou documentos similares.

Além disso, foi atendida outra solicitação dos agentes, para que seja incluída a apresentação de investimentos realizados até a entrada em operação da última unidade geradora, que não foram contemplados no projeto básico do empreendimento.

Foi apresentada a preocupação dos agentes de geração no fato que ainda não há critério para cálculo de VNR de equipamentos considerados como acessórios, que abrangem equipamentos importantes, como sistemas de supervisão, sistemas de resfriamento, serviço auxiliar, entre outros, que no OPE foi tratado como uma porcentagem dos investimentos globais do empreendimento.

7. Revisão Tarifária dos empreendimentos de geração

O eng. Rodrigo Sanomya apresentou a proposta da ABRAGE para os procedimentos de revisão tarifária, previstos nos termos aditivos aos contratos de concessão de usinas que passaram ao regime de cotas, a partir de 01 de janeiro de 2013.

Esclareceu que esta proposta foi apresentada pela Direção da ABRAGE para a ANEEL, que por sua vez esclareceu que o assunto será objeto de audiência pública em 2014.

A ANEEL informou que, em 27 de novembro de 2013, o Ministério de Minas e Energia publicou a Portaria nº 417, que determina que a ANEEL deverá regulamentar a realização de investimentos com vistas a manter a qualidade e a continuidade da prestação do serviço pelas Usinas Hidrelétricas, cujas concessões foram prorrogadas ou licitadas nos termos da Lei 12.783.

Foi enfatizado que a referida Portaria destacou que a regulamentação deverá estabelecer mecanismos que permitam o investimento tempestivo, da concessionária, para evitar o comprometimento do serviço adequado.

Nesta reunião, a ABRAGE informou que considera necessária a atualização da Resolução Normativa nº 330/2008, pois esta determina que as melhorias devem ser executadas e custeadas pelo outorgado assim que se fizerem necessária, sem necessidade de autorização da ANEEL e sem direito a ressarcimento.

Nestes casos abrangidos pela Portaria nº 417, além do direito ao ressarcimento (ou remuneração) dos investimentos em melhorias, a ABRAGE entende que há necessidade de autorização prévia da ANEEL, para atender a exigência de estabelecimento de mecanismos que permitam o investimento tempestivo por parte das concessionárias.

Com base nesta argumentação, a ABRAGE apresentou proposta à ANEEL para que os investimentos em melhorias sejam previamente analisados pelo ONS, nos moldes já existentes para as instalações de transmissão e, uma vez aprovados pelo Operador, o escopo do investimento seria automaticamente considerado como prudente.

A ANEEL informou que analisará a proposta e apresentará em breve material a ser colocado em Audiência Pública para a regulamentação em questão.

8. Gestão de Operação e Manutenção

O eng. Umberto Carneiro apresentou os reflexos das novas regras vigentes após a renovação das concessões das usinas da Chesf, a partir de janeiro de 2013.

Destacou inicialmente que, para estas usinas, o Mecanismo de Realocação de Energia e o Mecanismo de Redução da Garantia Física passaram a ser absorvidos pelas Distribuidoras, sendo que o desempenho operacional passou a ser tratado pelo fator Ajl da RAG, além dos critérios de suspensão da situação operacional, tratados na Resolução Normativa ANEEL nº 487/2012.

Ressaltou ainda a preocupação com falta de definição a respeito da remuneração dos investimentos prudentes realizados nestas usinas, tendo em vista que a RAG é destinada apenas para operar e manter as usinas.

Como forma de mitigar os riscos, o plano de modernização destas instalações foi readequado, de forma a contemplar apenas a revitalização de pontos críticos, para garantir a qualidade do serviço requerida.

Como estratégia empresarial, ressaltou a busca de diversificação do parque gerador, com investimentos na ampliação da capacidade através de energia solar e eólica, além da participação de novos empreendimentos, dentre os quais destacam as usinas de Jirau, Belo Monte, Dardanelos e Sinop.

Além destas medidas, outras com vistas a otimizar os recursos para operação e manutenção também mereceram destaque. Com a redução do quadro próprio, estimulado pelo Programa de Incentivo à Aposentadoria dos empregados, está sendo desenvolvida a readequação das equipes e das atividades, incentivando-se o apoio de recursos humanos entre as usinas, além do constante aperfeiçoamento das atividades terceirizadas.

9. Encerramento

O eng. Toyoharu Komatsu encerrou as atividades e agradeceu a presença dos participantes, ressaltando a visita técnica na Unidade de Taubaté da Alstom Energia, no dia 23/04/2014.

Por fim, agradeceu à ABRAGE a organização do evento e informou que está prevista para o terceiro trimestre de 2014 a realização da XXXIV Reunião Ordinária do GTMN, em local a ser definido.